



CENTRO JUVENIL  
DE CAMPANHÃ

## RELATÓRIO E CONTAS ANO 2014

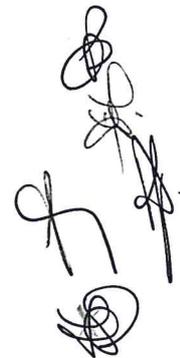


**SEDE**  
Rua Pinheiro de Campanhã, 468  
4300-415 Porto

T 225 193 810 . F 225 193 811  
geral@centrojuvenilcampanha.pt

**PÓLO**  
Rua da Estrada Velha, Lugar de Areia, Árvore  
4480-107 Vila do Conde

T 252 249 470 . F 252 249 479  
geral@centrojuvenilcampanha.pt



## Órgãos Sociais

### Assembleia Geral

Presidente

1º Secretário Vítor Manuel Santos Oliveira

2º Secretário Joaquim Manuel Ferreira

### Administração

Presidente Dr. Armando Antero Rodrigues Moreira

Tesoureiro Maria João Ferreira Borges de Avelar

1º Secretário Dr. Nuno Miguel de Oliveira Moreira

1º Vogal Dr.ª Joana Isabel Florido Duarte Silva Martins Pereira

2º Vogal Dr.ª Carla Manuela da Silva Pereira

### Conselho Fiscal

Presidente Eng.º José Pedro Florido Duarte Silva Martins

1º Vogal Dr.ª Elisabete Marina Vieira Gonçalves de Vasconcelos

2º Vogal Dr.ª Cecília Maria Cardoso Martins

SEDE  
Rua Pinheiro de Campanhã, 468  
4300-415 Porto

T 225 193 810 . F 225 193 811  
geral@centrojuvenilcampanha.pt

PÓLO  
Rua da Estrada Velha, Lugar de Areia, Árvore  
4480-107 Vila do Conde

T 252 249 470 . F 252 249 479  
geral@centrojuvenilcampanha.pt

# ADMINISTRAÇÃO

<p><b>DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO</b> ARMANDO MOREIRA</p>	<p><b>DIRETORA TÉCNICA PEDAGÓGICA</b> ELISABETE VASCONCELOS</p>	<p><b>DIRETORA TÉCNICA</b> CLAUDIA BARROSO</p>	<p><b>DIRETORA SERVIÇOS SOCIAIS / DIRETORA TÉCNICA PEDAGÓGICA</b> MARIA AMÉLIA MARTINS</p>	<p><b>DIRETORA TÉCNICA PEDAGÓGICA</b> CLÁUDIA ALVARIM</p>
<p><b>SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS</b> CHEFE SECRETARIA o MARIA JOÃO ESCRITURÁRIO o ROGERIO VICENTE o CLAUDIA CAETANO o SÓNIA SONIM TÉC. COM. E MARKETING o CARLA FERREIRA</p>	<p><b>JARDIM DE INFÂNCIA</b> EDUCADORAS INFÂNCIA o CRISTIANA DIAS o ELISABETE VASCONCELOS AJUDANTE AÇÃO EDUCATIVA o DIAMANTINA LOPES o FERNANDA MAGALHÃES AUXILIAR LIMPEZA o FÁTIMA CORREIA</p>	<p><b>CRECHE</b> EDUCADORAS INFÂNCIA o CLAUDIA BARROSO o CECÍLIA MARTINS o PAULA SANTOS AJUDANTE AÇÃO EDUCATIVA o FERNANDA LINO o M<sup>te</sup> CARMO MOREIRA o SOFIA SILVA o M<sup>te</sup> CEU BONIFÁCIO o ROSA VICENTE AUXILIAR LIMPEZA o MARIA GORETTI</p>	<p><b>LAR CRIANÇAS E JOVENS-SEDE</b> ASSISTENTE SOCIAL o SUSANA MONTEIRO PROFESSORA o MARIA ALEXANDRA PEREIRA PERFEITOS o LUIS DUARTE AJUDANTE AÇÃO EDUCATIVA o ISABEL SOUSA o LUIS RIBEIRO o WILSON SILVA o FLIPE PINTO o NUNO SILVA o PAULO RIBEIRO o LUCIANO SILVA o JOSÉ OLIVEIRA COSTUREIRA o ADRIANA PINHO LAVADEIRA o ANA PAULA SILVA ROUPEIRA o MARIA FERNANDA AUXILIAR LIMPEZA o VIRGINIA RODRIGUES</p>	<p><b>LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE-PÓL.</b> ASSISTENTE SOCIAL o JOANA SILVA o PEDRO ABREU TÉC. SUP. EDUCAÇÃO SOCIAL o RICARDO TEIXEIRA o FELISBERTO CASSOMA PSICOLOGO o ANA GONÇALVES A JUDANTE AÇÃO EDUCATIVA o MÓNICA REIS o PAULO CORREIA o OLIVIA MARAVALHAS o ANDRE LEITE o DÉCIA SARAIVA o RICARDO CLARO o RICARDO AIRES o PAULO CARAPETO o MIGUEL ALVES ADMINISTRATIVO o ALBINA RAMOS MOTORISTA o EDUARDO RIBEIRO LAVADEIRA o MARIA ANGELINA CAMPOS ENGOMADORA o MARIA CELESTE SANTOS AUXILIAR LIMPEZA o CLAUDIA PALMEIRA o MARIA DE LA SALETE POSTIGA COZINHEIRAS o MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA o FERNANDA SERRÃO AJUDANTE COZINHEIRA o MARIA ALBERTA SILVA o MARIA ROSA FAIA</p>
<p><b>MOTORISTA</b> o ANTÓNIO MANUEL TEIXEIRA</p>				<p><b>SERE +</b> ASSISTENTE SOCIAL o ANDREIA MOREIRA TÉC. SUP. EDUCAÇÃO SOCIAL o CARLOS OLIVEIRA</p>
<p><b>COZINHA</b> COZINHEIRA o SILVIA FERNANDA o CORINA ENCARNAÇÃO AJUDANTE COZINHA o HELENA GOMES AUXILIAR LIMPEZA o ALCINA MALHEIRO o SUSANA JESUS</p>				<p><b>CENTRO ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO</b> TÉC. SUP. EDUCAÇÃO SOCIAL o HERNANI BARBOSA PSICÓLOGA o SANDRA VIEIRA AJUDANTE AÇÃO EDUCATIVA o OLINDA BARBOSA o SUSANA COELHO AUXILIAR LIMPEZA o MARIA ALICE BARBOSA</p>
<p><b>ECONOMATO</b> o JOAQUIM BRAGA o MANUEL SOARES o VITOR FERREIRA</p>				<p><b>UNIDADE DE EMERGÊNCIA</b> TÉC. SUP. EDUCAÇÃO SOCIAL o MARCO LOURENÇO AUXILIAR LIMPEZA o TFRFSA CRU17</p>
<p><b>OBRAS / JARDINAGEM</b> o JOSE FERNANDO o SÉRGIO FERREIRA o MARIA FÁTIMA ARAÚJO</p>				<p><b>SERE +</b> ASSISTENTE SOCIAL o TIAGO PINTO TÉC. SUP. EDUCAÇÃO SOCIAL o FILIPE VIEIRA o TIAGO SANTOS PSICÓLOGO o JOÃO SOBRAL</p>
<p><b>SERVIÇOS GERAIS</b> o ANTONIO OLIVEIRA o AUGUSTA FIGUEIREDO o MARIA LAURA ALVES</p>				<p><b>GUARDA NOTURNO</b> o AGOSTINHO OLIVEIRA</p>
<p><b>GUARDA NOTURNO</b> o AGOSTINHO OLIVEIRA</p>				<p><b>PORTARIA</b> o FRANCISCO LOUREIRO</p>
<p><b>PORTARIA</b> o FRANCISCO LOUREIRO</p>				<p><b>QUINTA</b> o MÁRIO COELHO</p>

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

O Centro Juvenil de Campanhã, é uma instituição particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos sob a forma de Associação e em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 402/85 de 11 de Outubro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, procedeu a Direcção-Geral da Segurança Social ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública com sede social na Rua Pinheiro de Campanhã, 468 – 4300 415 Porto, tem como atividade a promoção da população infantil e juvenil de todo o país, bem como dos países de língua oficial portuguesa, numa perspectiva de solidariedade social.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2010, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, o Centro Juvenil de Campanhã preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2011 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2010 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2010.

A reconciliação do capital próprio relatado de acordo com o POC com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e 31 de Dezembro de 2010, apresenta-se de acordo com a descrição do Balanço.



A reconciliação do resultado segundo o POC, relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2014, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período, não obteve qualquer alteração.

Na preparação do balanço de abertura de acordo com as NCRF não foram reconhecidas ou revertidas perdas por imparidade.

As reconciliações apresentadas não incluem itens referentes às correções de erros.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações preparadas em conformidade com as NCRF, tendo sido aplicada a NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Centro Juvenil de Campanhã na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o CJC continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos ao CJC a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que o CJC tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### 3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Centro Juvenil de Campanhã adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que o CJC detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

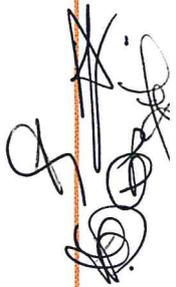
#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato o CJC avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)



#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui o caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.4. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.5. Provisões**

Periodicamente, o CJC analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **3.2.6. Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

#### **3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) o CJC está isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):





- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	406.395,59					406.395,59
Edifícios e outras construções	2.611.631,15					2.611.631,15
Equipamento básico	241.624,15	4.281,52				245.905,67
Equipamento transporte	171.957,53	40,00				171.997,53
Equipamento biológico	249,40					249,40
Equipamento administrativo	98.274,17	4.985,19				103.259,36
Outros Ativos fixos tangíveis						0,00
<b>Total</b>	<b>3.530.131,99</b>	<b>9.306,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.539.438,70</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções	417.531,84	20.568,24				438.100,08
Equipamento básico	239.830,90	1.810,99				241.641,89
Equipamento transporte	158.757,54	6.539,99				165.297,53
Equipamento biológico	249,40					249,40
Equipamento administrativo	95.981,35	2.222,94				98.204,29
Outros Ativos fixos tangíveis						0,00
<b>Total</b>	<b>912.351,03</b>	<b>31.142,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>943.493,19</b>

#### 6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	471.440,89		471.440,89	511.045,33		511.045,33
Locações financeiras			0,00			0,00
Contas caucionadas	8.992,48		8.992,48	19.992,48		19.992,48
Contas bancárias de factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Descobertos bancários contratados			0,00			0,00
Outros empréstimos - Formação	3.100,00		3.100,00	7.335,00		7.335,00
<b>Total</b>	<b>483.533,37</b>	<b>0,00</b>	<b>483.533,37</b>	<b>538.372,81</b>	<b>0,00</b>	<b>538.372,81</b>

Em 31 de Dezembro de 2014, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Até um ano	12.092,48		12.092,48	27.327,48		27.327,48
De um a cinco anos			0,00			0,00
Mais de cinco anos	471.440,89		471.440,89	511.045,33		511.045,33
<b>Total</b>	<b>483.533,37</b>	<b>0,00</b>	<b>483.533,37</b>	<b>538.372,81</b>	<b>0,00</b>	<b>538.372,81</b>

## 7. Inventários

Em 01 de Janeiro de 2013 e 31 de Dezembro de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014
<i>Mercadorias</i>							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.802,99	48.305,45	236.257,36	8.865,93	61.519,53	215.526,81	6.788,94
Produtos acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
<b>Total</b>	<b>9.802,99</b>	<b>48.305,45</b>	<b>236.257,36</b>	<b>8.865,93</b>	<b>61.519,53</b>	<b>215.526,81</b>	<b>6.788,94</b>
<b>Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>				<b>285.499,87</b>			<b>279.117,07</b>
<b>Variações nos inventários da produção</b>				<b>0,00</b>			<b>0,00</b>

## 8. Rédito

Para os períodos de 2013 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2013	2014
Prestação de serviços	451.177,94	385.691,33
Quotas dos utilizadores	155.173,46	114.408,97
Quotas e jóias	810,00	1.485,00
Promoções para captação de recursos	294.554,47	256.509,80
Outros não especificados	640,01	13.287,56
Juros	67,64	196,62
<i>Royalties</i>		
Dividendos		
<b>Total</b>	<b>451.245,58</b>	<b>385.887,95</b>

## 9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2013 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2013	2014
<b>Centro Regional Segurança Social</b>	<b>1.210.709,32</b>	<b>1.503.752,34</b>
Creches	136.579,55	127.117,90
Jardim de infância	74.350,08	77.487,76
Lares e internatos de crianças e jovens	908.986,69	1.207.049,60
Centro de acolhimento temporário	69.842,36	70.922,04
Unidade de emergência	20.950,64	21.175,04
<b>Autarquias e outros</b>	<b>100,00</b>	<b>1.234,00</b>
Apoios diversos	100,00	1.234,00
<b>Do Exterior</b>	<b>78.501,20</b>	<b>5.015,70</b>
Fundo Social Europeo	66.726,02	4.263,34
Orçamento Segurança Social	11.775,18	752,36
<b>Total</b>	<b>1.289.310,52</b>	<b>1.504.986,34</b>

## 10. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2013 foi de "86" e em 31/12/2014 foi de "92".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2013	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	879.159,28	922.423,52
Benefícios Pós-Emprego		
Indeminizações		17.248,58
Encargos sobre as Remunerações	182.585,37	195.187,77
Seg. Ac. No Trabalho e Doenças Profissionais	10.154,34	7.716,70
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal		100,00
<b>Total</b>	<b>1.071.898,99</b>	<b>1.142.676,57</b>

## 11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2013	2014
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	12.030,00	15.160,89
Outros Devedores		
Perdas por Imparidade		
<b>Total</b>	<b>12.030,00</b>	<b>15.160,89</b>

### 12.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2013	2014
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Juros de mora	9.179,18	3.671,54
<b>Total</b>	<b>9.179,18</b>	<b>3.671,54</b>

### 12.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2013	2014
Caixa	20.710,39	3.107,14
Depósitos à ordem	44.472,87	111.856,01
Depósito a prazo		85.550,85
Outros	49,88	49,88
<b>Total</b>	<b>65.233,14</b>	<b>200.563,88</b>



#### 12.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2014
Fundos	419.725,57			419.725,57
Excedentes técnicos				0,00
Reservas				0,00
Resultados transitados	149.972,51	150.580,87		300.553,38
Outras variações nos fundos patrimoniais	570.980,75		7.713,51	563.267,24
<b>Total</b>	<b>1.140.678,83</b>	<b>150.580,87</b>	<b>7.713,51</b>	<b>1.283.546,19</b>

#### 12.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2013	2014
Fornecedores c/c	197.323,40	172.068,36
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em recepção e conferência		
<b>Total</b>	<b>197.323,40</b>	<b>172.068,36</b>

#### 12.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2014
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	48.182,80	48.281,80
Outros Impostos e Taxas		
<b>Total</b>	<b>48.182,80</b>	<b>48.281,80</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	4.515,13	7.124,83
Segurança Social	62.576,29	69.733,88
Outros Impostos e Taxas	35,30	133,76
<b>Total</b>	<b>67.126,72</b>	<b>76.992,47</b>



### 12.7. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal		1.598,76		1.211,35
Remunerações a pagar		1.598,76		1.211,35
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de investimentos		443.543,22		491.889,40
Credores por acréscimos de gastos		1.541,74		30,00
Outros credores		151,75		151,75
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>448.434,23</b>	<b>0,00</b>	<b>494.493,85</b>

### 12.8. Fornecimentos e serviços externos

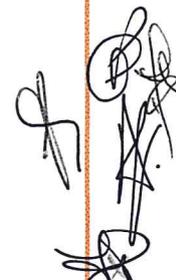
A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2013	2014
Subcontratos		
Serviços especializados	68.970,24	78.326,37
Materiais	10.787,72	25.232,78
Energia e fluidos	112.520,62	107.699,58
Deslocações, estadas e transportes	7.846,73	11.557,63
Serviços diversos	41.352,65	56.864,68
<b>Total</b>	<b>241.477,96</b>	<b>279.681,04</b>

### 12.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2014
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	76.500,00	145,09
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	49.517,59	74.056,69
Outros rendimentos e ganhos	304.366,52	293.061,15
<b>Total</b>	<b>430.384,11</b>	<b>367.262,93</b>



CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ

### 12.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2014
Impostos	1.242,40	366,98
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dividas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas de investimentos não financeiros		
Outros gastos e perdas	61.422,50	7.334,97
<b>Total</b>	<b>62.664,90</b>	<b>7.701,95</b>

### 12.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2013	2014
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	17.056,43	15.734,35
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	2.496,50	2.242,26
<b>Total</b>	<b>19.552,93</b>	<b>17.976,61</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	67,64	196,62
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
<b>Total</b>	<b>67,64</b>	<b>196,62</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-19.485,29</b>	<b>-17.779,99</b>

### 12.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pela Administração do Centro Juvenil Campanhã em 05 de Março de 2015.

Porto, 05 de Março de 2015

A Administração